

DESA
30/1/98
28 A-2

WASHINGTON NOVAES

Encruzilhadas da Amazônia

O que se vai fazer na Amazônia brasileira?

A divulgação pelo governo federal das novas informações sobre o desmatamento na área desperta muita preocupação. E, ao mesmo tempo, aponta para várias direções.

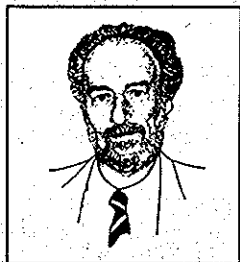
Pelos dados divulgados, a área anual desmatada, que ficara em 14.896 km² entre 1992 e 1994, pulou para 29.059 km² em 1994/1995 — dobrou, portanto — e baixou para 18.161 km² no ano seguinte. Em 1997, a estimativa é de nova queda, para 13.037 km² (menos da metade da área desmatada em 1994/1995).

A que se devem o aumento brutal, primeiro, e o recuo, em seguida?

Relatórios do Banco Mundial dizem que apenas 6% das queimadas se devem a novos projetos agropecuários. Já alguns documentos da Secretaria de Assuntos Estratégicos, divulgados no ano passado, informavam que, hoje, 80% da extração de madeira na área é ilegal — e a chamada extração seletiva (apenas das espécies mais nobres) desperdiça 70% da madeira. Dados do Ibama apontam nessa mesma direção: só no segundo semestre de 1997 foram apreendidos 533 mil m³ de madeira extraída ilegalmente.

Uma segunda pista para o desmatamento maior está no recente relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Gilney Viana (PT-MT) e encarregada de apurar a atuação das madeireiras asiáticas. Diz esse documento que, hoje, uma das principais causas do desmatamento está nos projetos de reforma agrária: para fugir ao poder político dos grandes proprietários de terras em outras áreas, a reforma agrária está se concentrando na Amazônia; 88,15% das terras destinadas a esses projetos, de 1960 para cá, estão na Amazônia e correspondem a 25,5 milhões de hectares (255 mil km², ou quase 50% dos 517 mil km² desmatados até agosto de 1996). "A terra de baixo preço é o caminho do alto custo ambiental", afirma o relatório, lembrando que essa política continua em curso, já que entre 1995 e 1997 foram destinados à reforma agrária na Amazônia 6,48 milhões de hectares (76,15% das áreas totais no período), nos quais se assentaram 64,3% das pessoas beneficiadas nesses anos.

Outra vertente do problema com certeza está nas migrações para a área, que suprem a ausência de políticas de emprego e de correção de desigualdades



As políticas de conservação da biodiversidade devem permear todas as ações de governo

regionais em outros pontos do País. E deságuam nos problemas do garimpo e no inchaço das áreas urbanas. Entre 1950 e 1996, a população da Amazônia multiplicou-se por nove: passou de menos de 2 milhões para mais de 18 milhões de pessoas. A população urbana, entre 1980 e 1991, cresceu 5,4% ao ano, num período em que declinavam os índices de crescimento populacional em quase todo o País.

As políticas de enfrentamento dessas questões têm sido contraditórias.

Fica evidente pelos números divulgados esta semana que a intervenção enérgica de 1996 deu bons resultados. Por meio de medida provisória se ampliou a área de reserva legal em cada propriedade de 50% para 80% do total, ao mesmo tempo em que se proibiram novas autorizações para corte de mogno e virola e se determinou uma revisão de todos os planos de manejo em andamento. Já nesse ano o desmatamento caiu quase 40% e mais uns 30% no ano seguinte. No balanço dos três anos (1995 a 1997), a redução foi superior a 50%. Essa legislação precisa ser mantida.

Outras providências devem ter contribuído para esse resultado, entre elas a mudança na legislação do ITR, que isenta de imposto as áreas de proteção ambiental. Até essa mudança, parte dos proprietários (não

apenas na Amazônia) desmatava desnecessariamente, para impedir que a área fosse considerada improdutiva e sujeita a desapropriação para reforma agrária (como ocorreu também às vésperas da Constituinte de 1988).

É possível que outros caminhos deem bons resultados. Um deles é o dos corredores ecológicos (cinco na Amazônia), destinados a ligar áreas de proteção de vários tipos ao longo de centenas de quilômetros — e com dezenas de quilômetros de largura —, de modo a manter interligados vários subsistemas e protegidas as cadeias completas da biodiversidade, assim como os corredores de fauna. Outro é o programa de ecologia molecular para o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia, que aponta para uma direção moderna, não devastadora, e pode gerar importantes perspectivas econômicas e sociais.

Outra possibilidade está nos programas do PPG7, de proteção de florestas tropicais, que, entretanto, precisam de novos recursos. Até aqui, foram aplicados pouco mais de US\$ 200 milhões, quando a promessa inicial dos países financiadores era de US\$ 1,5 bilhão em cinco anos. Uma terceira vertente é o Programa Nacional da Diversidade Biológica, o Pronobio, que, se dispuser de recursos para seus projetos, poderá determinar avanços fundamentais nessa área vital de conservação e uso sustentável da biodiversidade no bioma.

O programa de manejo sustentável de florestas públicas — que prevê a utilização de até 30 milhões de hectares em 20

anos, sob controle, para abastecer os mercados interno e externo e evitar o corte predatório — tem defensores ardorosos e críticos severos. Os primeiros argumentam com a recuperação de 1,3 milhão de hectares por ano, de modo a chegar ao fim do ciclo sempre com a sustentabilidade assegurada. Os críticos mostram que programas desse tipo, na Bolívia e em outros países, não deram bons resultados.

A questão maior, entretanto, está na falta de internalização da política ambiental nas outras políticas dos governos e nas ações da sociedade. A própria Secretaria de Assuntos Estratégicos prevê a abertura de três novas frentes de desenvolvimento econômico na Amazônia, paralelas aos corredores ecológicos, apesar da inadequação de mais de 90% dos solos para a agropecuária, segundo muitos documentos. É ilusório achar que não haverá consequências indesejáveis, seja a penetração por hidrovias ou rodovias.

Além disso, essas políticas continuam atreladas a modelo de consumo e matrizes energéticas dos países industrializados — desperdiçadoras e insustentáveis. Tentam, com o prejuízo de vultosos subsídios (como no caso das hidrelétricas destinadas à produção de alumínio), tornar viáveis padrões que seriam insustentáveis com recursos internos daqueles países. A política de complacência com as madeireiras asiáticas — evidente pelo menos nos governos estaduais e municipais — com certeza contribuirá para agravar o problema.

É possível que o Sivam e os satélites do Inpe ajudem a avançar no controle das ilegalidades. Mas é óbvio que, com 280 funcionários de campo para 3,7 milhões de km², o Ibama, a quem cabe enfrentá-las, estará condenado a uma atuação mais que limitada.

Em compensação, se continuar havendo avanços na demarcação de áreas indígenas, a conservação da biodiversidade se fortalecerá.

O decisivo, entretanto, é que as políticas de conservação da biodiversidade sejam internalizadas em cada órgão, permeiem cada uma de suas ações, assim como as dos Estados e municípios. Não dá para o Ministério do Meio Ambiente ter uma direção e encontrar no rumo oposto os Ministérios dos Transportes, das Minas e Energia, da Reforma Agrária, da Agricultura, etc., etc.

Na verdade, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 — encarregada de internalizar a política ambiental no governo — ainda precisa mostrar a que veio.

